

EM SILÊNCIO O GRANDE PENSADOR

Gilberto Paim

O Estado de S. Paulo, 11.10.01

Desaparece Roberto Campos sem ter tido o ensejo de assistir ao ingresso do Brasil no grupo de nações do Primeiro Mundo. Era inabalável a sua convicção de que em apenas uma geração a pobreza podia ser extinta, a exemplo do que se verificava na franja asiática. Chegar-se-ia lá, não por passe de mágica, mas por meio de trabalho firme com base em políticas econômico-financeiras corretas. Era de vanguarda a sua posição no combate ao processo inflacionário e costumava afirmar que não há instrumento de justiça social que se compare à estabilidade monetária.

A corrente política que era portadora do "nacionalismo retrógrado" criou sérios obstáculos ao entendimento de suas idéias. Campos era um defensor da Petrobrás, como empresa estatal, porém proclamava que o monopólio envolvia um cortejo de riscos para o desenvolvimento econômico nacional. Em 1957, quando a empresa estava em situação pré-falimentar, Roberto Campos levou o governo a adotar o imposto ad valorem na importação de petróleo e derivados, salvando a empresa dos efeitos perversos do processo inflacionário, já que antes o importo era fixo, em cruzeiros, em depreciação constante.

Pensando em evitar o surgimento de contingentes de párias sociais, começou em 1958 a difundir a idéia do planejamento familiar. Enfrentava a oposição dos que defendiam o equívoco de crer que uma grande população formaria um grande mercado. Outra variante era que uma população gigante facilitaria a organização de um grande exército. E não faltava a pá de cal da posição da Igreja que se opunha à difusão de meios contraceptivos.

A defesa contínua das taxas cambiais flutuantes abriu outra área de conflito com os que imaginavam combater a inflação barateando a moeda estrangeira, para facilitar as importações de gêneros alimentícios e outros itens essenciais. Campos insistia em que o câmbio rígido empobrece a agricultura e retarda a modernização da economia agrária, desestimulando as exportações, enquanto barateia os produtos estrangeiros, cuja importação passa a crescer sem controle. Diante de uma seleção de importações que veda ou dificulta a entrada de supérfluos, são estes os bens que encontram mercado amplo no País. Essa era uma das deformações que o pensador brasileiro denunciava de modo incansável.

E embora a defesa da taxa livre de câmbio, como fator de defesa da indústria nacional, fosse desde os anos 50 um dos principais pontos de sua pregação missionária, ainda no decênio passado praticamos de modo irresponsável a política de câmbio rígido, com terríveis prejuízos para a economia nacional.

Campos condenava as restrições aos capitais estrangeiros, principalmente aos aplicados em serviços de utilidade pública, cujas tarifas eram controladas de forma demagógica, gerando pontos de estrangulamentos em eletricidade, comunicações e transportes. A seu ver, o ingresso de capitais estrangeiros no setor petrolífero, operando ao lado da Petrobrás, libertaria em pouco tempo o País da dependência de petróleo estrangeiro, traria tremendo alívio ao balanço de pagamentos e nos teria posto a salvo dos efeitos dos choques do petróleo dos anos 70. A partir de 1974, a dívida externa brasileira passou a ser constituída por importações de petróleo, fazendo-nos incorrer na praga dos juros externos que chegaram a vinte e dois por cento ao ano, nos primeiros anos do decênio de 80.

A política nacional de informática, imposta por um grupo de coronéis obtusos, causou um atraso irreparável no domínio brasileiro de um ramo da tecnologia que fez os maiores sucessos nos três últimos decênios do século passado. De 1975 a 1992, por dezessete anos a fio, esteve em vigor uma linha política militarizada que nos deixou à margem dos avanços tecnológicos que assombraram o mundo. Campos teve poucos aliados no confronto com os que imaginavam possível o domínio do processamento eletrônico de dados com o emprego de métodos que considerados fruto de completa insensatez.

Durante muitos anos, a partir de meados dos anos 60, lamentou a rejeição brasileira do Tratado de Não-Proliferação Nuclear, que nos oferecia acesso equipamentos sensíveis e a assistência técnica como instrumentos que nos poderiam fazer dar grandes saltos na área das aplicações pacíficas da energia nuclear.

Não foi ouvido, também, na proposição de reforma agrária baseada no imposto progressivo sobre terras improdutivas, a fim de baratear o preço da terra, tida como reserva de valor, e torná-la acessível a grupos numerosos de pequenos agricultores. Em sua opinião, praticada essa política, teríamos atenuado as migrações do campo para a cidade e criado condições para a convivência não-turbulenta de hoje nas regiões metropolitanas e grandes cidades do interior.

Como presidente do BNDE, então sem o s, foi o grande executor do Programa de Metas do presidente JK e como ministro do Planejamento e Coordenação Econômica, do Governo Castello Branco, deu excepcional contribuição à modernização do sistema econômico brasileiro.

A parte lúcida da sociedade brasileira foi numericamente superada, em não poucas questões nacionais prioritárias, pela estridência do protesto dos porta-vozes do atraso contra Roberto Campos. Pesquisadores isentos, hoje e no futuro, hão de reconhecer no pensador, ora em silêncio eterno, uma das maiores figuras da vida pública brasileira.